



PARECER PRÉVIO Nº 36/2022 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 12551/2017.

Apensos: Processo nº 10547/2017 e 11943/2015.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Alvarães.

4- Exercício: 2016.

5- Responsável: Mário Tomas Litaiff (Prefeito Municipal).

6- Advogado: Não Possui.

7- Unidade Técnica: DICOP e DICAMI.

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 2768/2022-DIMP, Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas.

9- Relator: Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Alvarães. Exercício de 2016.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a desaprovação das contas anuais.

10- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

10.1. Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a desaprovação das Contas Gerais da Prefeitura Municipal de Alvarães, referente ao exercício 2016, sob a responsabilidade do Sr. **Mário Tomas Litaiff**, Prefeito e Ordenador de Despesas, em observância ao art. 71, I, da Constituição Federal e do art. 40, inciso I, e art. 127, “caput”, parágrafos segundo e quarto, da Constituição do Estado do Amazonas e art. 1º, I e do art. 58, alínea “b”, da Lei nº 2.423/96-TCE/AM c/c o art. 11, II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, conforme insculpido na fundamentação do Relatório/Voto;

11- Ata: 25ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.



PARECER PRÉVIO Nº 36/2022 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 12- Data da Sessão:** 12 de Julho de 2022.
- 13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente, em substituição), Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Josué Cláudio de Souza Neto, Luis Fabian Pereira Barbosa e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).
- 14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente, em substituição

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro Relator

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA NETO
Conselheiro

LUIS FABIAN PEREIRA BARBOSA
Conselheiro

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
Conselheiro-Convocado

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral



ACÓRDÃO Nº 36/2022 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 36/2022 – TCE – Tribunal Pleno)

1- Processo TCE - AM nº 12551/2017.

Apensos: Processo nº 10547/2017 e 11943/2015.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Alvarães.

4- Exercício: 2016.

5- Responsável: Mário Tomas Litaiff (Ordenador de Despesa).

6- Advogado: Não Possui.

7- Unidade Técnica: DICOP e DICAMI.

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 2768/2022-DIMP, Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas.

9- Relator: Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Alvarães. Exercício de 2016.

Revelia. Determinação. Ciência. Arquivamento.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Considerar revel o Sr. **Mário Tomas Litaiff**, Prefeito e Ordenador de Despesas da Prefeitura Municipal de Alvarães, exercício de 2016, diante da ausência de defesa em relação em as restrições apontadas pela DICOP e DICAMI, nos termos do art. 20, §4º, da Lei nº 2.423/96, c/c o art. 88, da Resolução TCE/AM nº 04/2002;

10.2. Considerar revel as Empresas **Otimiza Engenharia Ltda. Me, WS Construções e Empreendimentos Ltda.**, e **Igor Campelo Cavalcante**, na condição de contratadas, à época, para a execução dos serviços de engenharia, ante a ausência de defesa em relação às restrições apontadas pela DICOP, nos termos do art. 20, §4º, da Lei nº 2.423/96, c/c o art. 88, da Resolução TCE/AM nº 04/2002;



ACÓRDÃO Nº 36/2022 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 36/2022 – TCE – Tribunal Pleno)

10.3. Determinar o encaminhamento, após a sua devida publicação, do respectivo Parecer Prévio, acompanhado do Relatório/Voto e de cópia integral do Processo à Câmara Municipal de Alvarães, para que ela, exercendo a competência que lhe é fixada pelo art. 127 e parágrafos, da Constituição do Estado do Amazonas, realize o julgamento das referidas contas, observando, sobretudo, o seguinte (parágrafos quinto, sexto e sétimo do art. 127, da Constituição Estadual): O julgamento das Contas da Prefeitura Municipal pela Câmara de Vereadores se dará no **prazo de 60 (sessenta) dias**, após a publicação no Diário Oficial do Estado do Parecer Prévio emitido pelo Tribunal de Contas do Estado ou, estando a Câmara em recesso, até o sexagésimo dia do início da sessão legislativa seguinte. Decorrido o prazo estabelecido no parágrafo anterior sem deliberação pela Câmara Municipal, as contas juntamente com o parecer do Tribunal serão incluídos na ordem do dia, sobrestando-se a deliberação quanto aos demais assuntos, para que ultime a votação. O Parecer Prévio, emitido pelo Tribunal de Contas do Estado sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal;

10.4. Determinar, diante as irregularidades identificadas e dos indícios de improbidade administrativa, a remessa de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual, para as medidas que considerar cabíveis no âmbito de sua atuação, na forma do art. 22, §3º, da Lei n.º 2.423/1996 c/c o art. 190, III, “b”, da Resolução n.º 04/2002-TCE/AM;

10.5. Determinar à Secretaria Geral de Controle Externo – SECEX que adote as medidas necessárias para a autuação de processos em relação às impropriedades não sanadas, constantes dos tópicos 1 a 7, elencadas na fundamentação do Relatório/Voto;

10.6. Determinar à DICAMI que promova, nos respectivos processos autônomos, a renotificação do Sr. **Mário Tomás Litaiff**, concedendo-lhe o **prazo de 30 (trinta) dias** para apresentação de defesa, bem como para que recolha as quantias devidas, caso queira, frente às possíveis glosas em alcance delineadas nos itens nº(s) 36, 37 e 38 da Notificação nº 04/2017 – DICAMI – CI/SECEX (fls. 682/695), com fulcro no art. 20, § 2º, da Lei nº 2.423/199;

10.7. Dar ciência ao Sr. **Mário Tomas Litaiff**, com cópia do Relatório/Voto e do Acórdão correspondente, para que tome as providências que entender cabíveis;



ACÓRDÃO Nº 36/2022 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 36/2022 – TCE – Tribunal Pleno)

10.8. Arquivar os autos, após expirados os prazos legais.

- 11- **Ata:** 25ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
- 12- **Data da Sessão:** 12 de Julho de 2022.
- 13- **Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente, em substituição), Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Josué Cláudio de Souza Neto, Luis Fabian Pereira Barbosa e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).
- 14- **Representante do Ministério Público:** Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente, em substituição

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro Relator

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral